

**Brazilian Journal of Forensic Sciences,  
Medical Law and Bioethics**

Journal homepage: [www.ipebj.com.br/forensicjournal](http://www.ipebj.com.br/forensicjournal)



**Anais do V Simpósio Forense**

**Proceedings of V Forensic Symposium**

Received 1 December 2013

**Prezados congressistas,**

**Temos o imenso prazer de reunir os trabalhos apresentados no V Simpósio Forense por profissionais, pesquisadores, acadêmicos, alunos de pós-graduação e docentes.**

**Diversos temas enquadrados dentro das Ciências Forenses foram abordados, demonstrando a amplitude e a multidisciplinaridade desta área.**

**Parabenizamos os autores dos trabalhos pela dedicação e empenho.**

**Resumos dos Trabalhos Apresentados**

**RESUMO 001**

**Aspectos Positivos do Desenvolvimento da Síndrome de Estocolmo em Situações de Gerenciamento de Crises e Negociação de Reféns**

Ana Kalline Soares Castor<sup>1</sup>, Angeli Raposo Lucena<sup>1</sup>,  
Tércia Pereira de Araújo Lima<sup>1</sup>

<sup>1</sup> *Departamento de Pós Graduação em Criminologia e Psicologia Investigativa Criminal, Centro Universitário de João Pessoa/Unipê, João Pessoa/PB, Brasil*

A Síndrome de Estocolmo pode ser entendida como uma perturbação de ordem psicológica que se configura pelo desenvolvimento de sentimentos positivos entre reféns e captores. Em um primeiro momento tal síndrome causa estranheza e desconforto, levantando também

uma série de indagações de ordem lógica e racional. Afinal, como pode alguém desenvolver sentimentos positivos, de gratidão ou mesmo de afeição por pessoas que sejam em realidade os causadores da situação desfavorável em que se encontram? Há razões psicológicas complexas que explicam tal Síndrome, e o presente estudo tem por objetivo analisar tais circunstâncias. O decurso do tempo, a manutenção de uma situação difícil de ser administrada, a sensação de que o poder sobre a sua própria vida está nas mãos do/s seu/s captor/es, entre outros, são fatores que contribuem para o surgimento espontâneo da Síndrome de Estocolmo. A partir do momento em que o causador do evento danoso passa a desenvolver pela vítima sentimentos positivos, torna-se mais provável que a crise tenha um final não trágico, podendo significar que todos os envolvidos venham a ser libertos sem sofrerem danos maiores. Destarte, algumas atitudes podem ser adotadas pelos negociadores dos eventos críticos, visando estimular o desenvolvimento (controlado) da Síndrome de Estocolmo, entre as quais destacamos: atuar de modo a que reféns e causadores permaneçam juntos, prolongando positivamente o decurso do tempo. É importante que o agente incumbido de efetuar as negociações esteja devidamente preparado de modo a ser capaz de detectar quando os esforços para desenvolver a Síndrome de Estocolmo não estiverem atingindo êxito, continuando o causador a manter-se distante física e psicologicamente dos reféns ou ainda insistindo na despersonalização destes. Cautela é sempre a palavra de ordem, tendo em vista que a Síndrome de Estocolmo também pode acarretar situações críticas: por vezes as informações transmitidas pelos reféns perdem a aura de confiabilidade, visto que estes podem vir a assumir posturas de defesa dos seus algozes. Situações que envolvem negociações de reféns costumam ser consideradas como sendo de alto risco. A ameaça à vida é considerada como componente de qualquer evento crítico, ainda que a única vida em risco seja a do próprio indivíduo causador da crise. A capacidade de fazer uso de todas as ferramentas disponíveis com o objetivo de contornar situações assim pode ser o grande diferencial entre uma operação bem sucedida ou não. Há pouco material acerca do tema, o que implicou numa pesquisa baseada amplamente em informações advindas de pessoas que já enfrentaram situações de risco e em estudo sistematizado de apostilas disponibilizadas por órgãos policiais. Trata-se de tema de mais alta importância, de modo que os autores do trabalho consideram basilar a divulgação do mesmo.

**RESUMO 002****Inventariamento de Insetos Forenses em Área Rural na  
Cidade de Itaara, Rio Grande do Sul, Brasil**

Anita Da Silva Herdina<sup>1</sup>, Camila Pivetta Cavalheiro<sup>1</sup>, Vinícius da Costa Silva<sup>1</sup>,  
Gabriela S. S. Bitencourt<sup>1</sup>, Conrado Mario da Rosa<sup>2</sup>, Rocco Alfredo Di Mare<sup>2</sup>

<sup>1</sup> *Graduando de Ciências Biológicas, Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil*

<sup>2</sup> *Orientador, Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil*

A entomologia forense é uma metodologia científica que auxilia na elucidação de crimes no âmbito jurídico ou legal, visando estimar o intervalo *pós-mortem* (IPM) e responder a várias perguntas referente ao local de crime. Para este cálculo é utilizado, ácaros, insetos e outros artrópodes. O presente estudo teve por objetivo principal o levantamento da biodiversidade de importância forense, em Itaara, Serra Gaúcha. O trabalho foi desenvolvido em uma propriedade rural, sendo utilizadas duas carcaças de *Rattus norvegicus*. A primeira cobaia foi colocada em um local úmido e com sombreamento constante,; e a segunda cobaia colocada em área aberta, com exposição solar direta durante todo o experimento,. Este trabalho teve duração amostral total de 7 de outubro de 2013 à dia 20 de outubro de 2013, com coletas diárias. Para a proteção da carcaça contra eventuais predadores de grande porte, foi utilizada uma gaiola de metal, medindo 34x21cm, revestida por tela de arame. Na parte superior da gaiola, foi introduzida uma armadilha, confeccionada com garrafa PET 2L, para captura de dípteros. Próximo às gaiolas foi utilizada uma armadilha de queda para captura de Coleóptera e outros artrópodes terrestres. Para a conservação após a coleta, os adultos colocados em um recipiente com álcool 70% e levadas ao laboratório de Biologia Evolutiva, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), onde foram posteriormente triados e identificados. Ao todo foram coletados 925 indivíduos entre dípteros e coleópteros. As famílias identificadas da ordem Díptera foram: Anthomyiidae(1,22%), Calliphoridae(18%), Carnidae(1,22%), Curtonotidae(0,11%), Drosophilidae(0,20%), Fanniidae(51%), Milichiidae(0,1), Micropezidae(0,22%), Muscidae(2%), Otitidae(3,54%), Phiophilidae(1%) e Sarcophagidae(21%), de um total de 904 indivíduos. Já na ordem Coleóptera apareceram ao total 21 indivíduos, distribuídos nas famílias: Dermestidae(5%), Histeridae(5%), Nitidulidae(15%), Ptilodactylidae(5%), Silphidae(15%), Staphilynidae(35%), Scarabaeidae(5%), Tenebrionidae(5%). Foi demonstrado que houve diferença faunística nas cobaias exposta ao sol e instalada na sombra.

**RESUMO 003**

**Calliphoridae (Díptera) Coletadas em *Rattus norvegicus* no Rio Grande Sul, Brasil**

Anita Da Silva Herdina<sup>1</sup>, Camila Pivetta Cavalheiro<sup>2</sup>, Vinícius da Costa Silva<sup>1</sup>,  
Conrado Mario da Rosa<sup>1</sup>, Rocco Alfredo Di Mare<sup>2</sup>, Rocco Alfredo Di Mare<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Graduando de Ciências Biológicas, Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil

<sup>2</sup> Orientador, Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil

Entomologia forense é a aplicação do estudo da biologia de insetos e outros artrópodes em processos criminais, visando estimar o intervalo pós-morte (IPM). Um dos insetos pioneiros e de importância forense mais presentes na colonização de cadáveres são dípteras da família Calliphoridae. Este estudo teve por finalidade o levantamento e a comparação de espécies de Calliphoridae presentes nas cidades de Santa Maria e Itaara, com relação ao restante do estado do Rio Grande do Sul. Para a obtenção dos dados, foram utilizadas carcaças de ratos *Rattus norvegicus*, nas cidades de Santa Maria e Itaara. Para a proteção da carcaça, foi utilizada uma gaiola de metal, medindo 34x21cm, revestida por tela de arame. Na parte superior da gaiola, foi introduzida uma armadilha, confeccionada com garrafa pet de dois litros, para captura de Dípteras. Os insetos coletados foram triados e identificados, sendo conservados em frasco com álcool 70%. No experimento feito em Santa Maria foram coletas seguintes espécies: *Chrysomya albiceps*, *Chrysomya megacephala*, *Chrysomya putoria*, *Hemilucilia segmentaria*, *Hemilucilia semidiaphana*, *Lucilia eximia*. Já no trabalho realizado em Itaara foram as espécies: *Lucilia eximia*, *Hemilucilia semidiaphana*, *Sarconesia chlorogaster*, *Chloprocta idioidae*, *Calliphora cf. lopesi*. E para compararmos os resultados dos experimentos em âmbito estadual, foram utilizados diferentes trabalhos, referentes à essa família, tais como: Souza, 2008; Élvia E. S. Vianna, 2008. Esses autores em adicional as espécies supracitadas, apontam a ocorrência de: *Chrysomya megacephala*, *Cochliomyia hominivorax*, *Lucilia sericata*, *Hemilucilia segmentaria* e *Paralucilia xanthogeneiates*. Com exceção do gênero *Calliphora* esp., a qual foi coletada na região de Itaara. Há uma estreita relação entre clima predominante na região e as exigências climáticas dos insetos, por exemplo: *Sarconesia chlorogaster* que teve aparecimento na cidade de Itaara e não em Santa Maria, pois esta espécie prefere lugares mais frios, como por exemplo, a Serra Gaúcha. E outros aparecem ao longo de todo o ano, apenas tendo algumas variações na abundância.

**RESUMO 004****A Importância do Criminal Profiling para a Identificação de Ofensores Sexuais com Transtorno Pedofílico**Lívia Lautenschläger Auster<sup>1</sup><sup>1</sup> *Instituto Paulista de Estudos Bioéticos e Jurídicos, Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil*

O Criminal Profiling é uma área multidisciplinar relativamente nova nas Ciências Forenses. Também conhecida como Psicologia Investigativa, se utiliza de conceitos da psicologia para a criação de perfis criminais. Em casos de abusos sexuais cometidos contra crianças, grande parte dos abusadores e molestadores são portadores de transtornos sexuais. A pedofilia é o mais frequente e através do perfil criminal e psicológico podemos identificar outras parafilias e transtornos comum a esses ofensores. No presente estudo utilizou-se vídeos de entrevistas e material bibliográfico. Métodos: Foram analisados, por meio de entrevistas em vídeo, três criminosos sexuais, os quais tem a pedofilia como transtorno principal, dos quais dois apresentam outros transtornos associados: psicopatia e sadismo. Através de suas falas e da leitura de publicações de renomados especialistas foi possível investigar a motivação por trás de cada abuso e as tentativas de racionalização durante e após as agressões. Na investigação criminal a questão que deve preceder a pergunta: "- quem?": é o porquê, ou seja, o motivo que levou o ofensor a cometer o crime. Muitas vezes o modus operandi pode indicar a motivação do indivíduo, e através dessa informação podemos traçar um perfil da psicológico e criminal do agressor. O comportamento dos criminosos sexuais frequentemente aponta para características de sua personalidade, como foi possível observar através das entrevistas revisadas. A elaboração e o estudo desses perfis além de contribuir para a identificação e localização de prováveis suspeitos são essenciais para a prevenção de crimes sexuais assim como para a prevenção da vitimização a qual crianças e suas famílias estão expostas através dos perpetradores desses crimes.

**RESUMO 005**

**Psicopatologia Forense e Transtornos Mentais, Alguns Casos Emblemáticos: Chico Picadinho e Febrônio Índio do Brasil**

Camila de Araújo Ferreira<sup>1</sup>, Livia de Tartari e Sacramento<sup>2</sup>,

Luiz Wagner Miqueletti Junior<sup>3</sup>

<sup>1</sup> *Escola Paulista de Enfermagem, Diadema, SP, Brasil*

<sup>2</sup> *Faculdade de Psicologia do Centro Universitário da Fundação Santo André, Santo André, SP, Brasil*

<sup>3</sup> *Ordem dos Advogados do Brasil, Santo André, SP, Brasil*

Neste trabalho faremos uma revisão teórica sobre transtornos mentais e a psicopatologia forense e ilustraremos com o caso de Chico Picadinho e o de Febrônio Índio do Brasil. O estudo da Psicopatologia Forense é de suma importância para a Psicologia Jurídica, pois, os portadores de transtornos de personalidade, de acordo com inúmeros autores, apresentam tendência a práticas criminais, com padrão recidivante. Estes são diferenciados das doenças mentais, pois tem uma natureza duradoura, com uma constância das manifestações clínicas e comportamentais e por apresentarem extremos de uma variação da personalidade que provoca um desajuste do indivíduo no meio em que ele está inserido. Os casos citados neste trabalho, Febrônio e Chico Picadinho, são de pessoas inimputáveis ou semi-imputáveis, ou seja, cuja capacidade de autodeterminação e entendimento estaria prejudicada no momento do ato criminoso retirando-lhes, sua responsabilidade (livre arbítrio) pelo ato cometido (FONTANA-ROSA e COHEN, 2006). Devemos ressaltar que de acordo com o Código Penal Brasileiro a medida de segurança, nos casos de infratores com perturbação total ou parcial do entendimento é entendida como uma medida preventiva, prevenindo a sociedade de uma pessoa que possui transtorno mental e que pode ser “perigosa” por conta disto. Na realidade, a medida de segurança é praticamente uma sentença à prisão perpétua. Seguiremos para os casos: Chico Picadinho encontra-se recluso desde 1976, atualmente está no Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Arnaldo Amado Ferreira. Em 1966, matou e esquartejou uma bailarina e nesta época, foi considerado imputável e condenado à prisão. Após cumprir pena de oito anos, ganhou liberdade por bom comportamento. Dois anos depois, em 1976, matou e esquartejou uma prostituta, foi considerado semi-imputável e foi condenado a uma pena de 32 anos. Após os 30 anos de reclusão, o Ministério Público entrou com uma intervenção civil alegando que ele apresentava riscos à sociedade e, portanto, deveria ficar detido por tempo indeterminado e a sentença de “Chico Picadinho” foi transformada em medida de segurança, ou seja, internação para tratamentos mentais e ele, provavelmente, ficará internado até a sua morte. Caso semelhante ao de Febrônio Índio do Brasil, que ficou famoso por ser o preso de número 00001 da Instituição Manicômio Judiciário do Brasil e entrou para a história como o

primeiro caso de inimizabilidade no nosso país. A medida de segurança, que lhe fora imposta só permitiu que ele saísse da Instituição morto, após quase sessenta (60) anos de reclusão prisão perpétua. O estudo da psicopatia como causa de determinação da culpabilidade do indivíduo carece de revisões. Cabe lembrar que, embora produzam efeitos sobre a subjetividade: o crime, a reincidência e a periculosidade não são fenômenos psicológicos. Enquanto não compreendermos a criminalidade e seus autores como integrantes sociais e seres determinados socialmente, embora tenham expressão individual, será difícil conceber ao preso outra personalidade social que não seja a de preso. Assim como, o doente mental sempre será portador de sua doença mental, isto se torna um estigma.

## RESUMO 006

### **Levantamento da Entomofauna Cadavérica em Carcaça de Suíno (*Sus scrofa*) na Cidade de Franca/SP**

Thales Oliveira Barbosa<sup>1</sup>, Edgard Henrique Pereira Pimenta<sup>1</sup>,  
Daniel Montagnini<sup>2</sup>, Rosana de Almeida<sup>3</sup>

<sup>1</sup> *Graduados no curso de Ciências Biológicas, Bacharelado,  
Universidade de Franca (UNIFRAN), Franca/SP*

<sup>2</sup> *Professor Mestre no curso de Ciências Biológicas, Bacharelado,  
Universidade de Franca (UNIFRAN), Franca/SP*

<sup>3</sup> *Professora Doutora no curso de Ciências Biológicas, Bacharelado,  
Universidade de Franca (UNIFRAN), Franca/SP*

A Entomologia Forense é a ciência que aplica o estudo dos insetos a procedimentos legais. Atualmente vem crescendo o interesse de cientistas forenses e pessoas ligadas a instituições judiciais em relação a conduzir a entomologia junto a outras técnicas de investigação. Os principais centros de investigação do mundo, como, por exemplo, o FBI, já contam com auxílio de entomologistas. Em exames periciais em casos de morte violenta os conhecimentos entomológicos podem ser utilizados para revelar como a morte ocorreu, onde ocorreu, quando ocorreu e se foi natural, acidental ou criminal, mas são mais frequentemente usados para estimar o Intervalo Pós-Morte – IPM. O presente trabalho vem para acrescentar dados sobre a população cadavérica e sua sucessão, na região Nordeste do Estado de São Paulo. O trabalho foi desenvolvido no Jardim Zoobotânico de Franca/SP. O período de coleta dos dados ocorreu de maio a junho de 2012. Foi utilizado ¼ da carcaça de um porco doméstico (*Sus scrofa*), cabeça mais o membro anterior direito, pesando aproximadamente 9Kg. Foram utilizadas 4 armadilhas de solo (*pitfall*). Também

houve coleta direta, sendo coletados insetos que estavam sobre a carcaça. As coletas começaram 24 horas após a carcaça ser exposta e sua duração foi determinada pelo tempo de decomposição da peça e pela presença de insetos no local agindo na decomposição. Para caracterização da entomofauna associada à carcaça foram avaliadas algumas medidas faunísticas, as que foram consideradas de importância para esse tipo de estudo foram: abundância, frequência relativa, dominância e constância. Foram coletados 148 espécimes, apenas 1 não pertencente a Classe Insecta, 1 Aracnídeo. Os insetos coletados pertenciam a 17 famílias identificadas. As ordens Díptera (43,24%), Hymenoptera (35,81%) e Coleoptera (18,24%), foram as mais abundantes. As principais famílias representadas foram Calliphoridae (16,22%) para os dípteros, Formicidae (26,35%) para os himenópteros e Histeridae (8,78%) para os coleópteros. Três famílias foram consideradas muito abundantes, muito frequentes e constantes, Formicidae, sendo a mais abundante e mais frequente, e as famílias de dípteros, Calliphoridae e Muscidae, o que contribuiu para a ordem Diptera ocorrer com a maior abundância. Foram classificadas como dominantes as famílias Formicidae, Calliphoridae, Muscidae, Histeridae, Silphidae, Apidae e Piophilidae. Durante o desenvolvimento da pesquisa foi notável a importância dos insetos na decomposição de carcaças, e, conseqüentemente, a importância de se estudar a fundo esses insetos e de se conhecer cada vez melhor sobre a entomofauna cadavérica em diferentes regiões, devido às particularidades de cada localização, para que investigações criminais possam ser feitas, cada vez mais precisas, baseadas na entomologia, ciência que vem para se fixar de vez como uma importante área da criminalística.

## RESUMO 007

### **Atuação Fonoaudiológica na 9ª Delegacia da Polícia Civil do Município de Maringá: a criação de um banco de dados de vozes da população carcerária**

Ana Paula Sanches<sup>1</sup>, Jordana Lubaski de Marco<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Centro de Apoio à Execução (CAEx), Ministério Público do Estado de São Paulo, SP, Brasil

<sup>2</sup> Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), Nova Esperança, Paraná, Brasil

O exame de Comparação Forense de Locutores é de atividade pericial, realizado por meio de análises técnico-comparativas das vozes de dois ou mais falantes para que o perito possa concluir quanto à unicidade do caso. Dentre as profissões que deveriam realizar o exame, destaca-se a Fonoaudiologia, pois atua na área da Comunicação Humana e aprofunda-se nos campos da voz, da fala, da linguagem, da audição e da escrita. Por ser uma profissão que domina a comunicação, o profissional pode perfeitamente atuar como

perito criminal nas áreas de sua especialidade e trazer à criminalística, conhecimentos específicos que contribuam para a resolução de crimes que envolvam a identificação de locutores e análise da linguagem dos criminosos nas diversas situações de delitos. Com a nova possibilidade de pesquisa para o fonoaudiólogo, formulou-se o objetivo do presente trabalho: criar um banco de vozes dos detentos da 9ª. Delegacia de Polícia Civil da cidade de Maringá/PR, traçando o perfil vocal e comunicativo de cada indivíduo de forma a auxiliar a Justiça na identificação de criminosos. A proposta foi realizada por meio de um projeto de pesquisa da Faculdade de Fonoaudiologia da Uningá, na cidade de Maringá, Paraná. Vinte detentos participaram da pesquisa e foram escolhidos conforme indicação do carcereiro responsável, a partir do aval do delegado chefe da carceragem e da participação voluntária dos presos após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. As entrevistas foram feitas em arquivos de vídeo e de áudio, por intermédio de conversa informal com, no mínimo, dez minutos de gravação. As vozes foram gravadas diretamente em um *laptop* da marca *Compac*, de propriedade de uma das pesquisadoras, usando um microfone *headset* para que os movimentos do participante não atrapalhassem ou interferissem. A filmagem foi realizada com uma câmara digital *Mitsuca*. A comunicação de cada participante foi realizada com base em trinta parâmetros (descritos por KERSTA, NASH e TOSI, em 1979 e adaptado por GARGAGLIONE e AZZARITI, em 2006) acrescidos de cinco parâmetros elencados pelas pesquisadoras. Vale esclarecer que o trabalho não teve o intuito de realizar comparação das vozes dos indivíduos. Por fim, elaborou-se o banco de dados com a criação de uma pasta para cada entrevistado contendo a filmagem, a gravação em áudio e um documento com os aspectos da comunicação. No material digital (CD) entregue à 9ª Delegacia da Polícia Civil do Município de Maringá, o documento em *word* contou com *links* para o áudio e para a filmagem do detento. Durante o levantamento de dados para a formulação do banco de vozes foi possível também observar um destaque para: a velocidade de fala, o sistema de ressonância, a articulação e a prosódia e os vícios linguísticos. Esses parâmetros foram elencados como principais marcadores da assinatura comunicativa dos falantes investigados. O material disponibilizado poderá futuramente ser utilizado para fins comparativos na prova pericial, podendo, auxiliar a Justiça na identificação de criminosos quando se envolverem em outro delito e cuja prova de culpabilidade seja sua voz.

## RESUMO 008

### Tipos de *Criminal Profiling*

Ariadne de Andrade Costa<sup>1,2</sup>, Adriana Leite<sup>2</sup>, Tânia Mara Volpe Miele<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo,  
Ribeirão Preto, SP, Brasil

<sup>2</sup> Instituto Paulista de Estudos Bioéticos e Jurídicos, Ribeirão Preto, SP, Brasil

Desde os primórdios da humanidade o homem já procurava compreender como são produzidos, quais são as causas e as consequências dos sentimentos e comportamentos humanos. Nesta busca por entendimento, os comportamentos desviantes sempre tiveram destaque, seja por questões de saúde, religião, bem-estar social, justiça ou mesmo mera curiosidade. Sendo assim, possíveis fatores (características anatômicas, psicológicas, genéticas, entre outras) associados a criminosos vêm sendo procurados. Uma das estratégias utilizadas para estudo e detenção do crime é o *Criminal Profiling*, também chamado de *Offender Profiling*, que é a predição e identificação de perfis para criminosos desconhecidos. Existem diferentes abordagens para conduzir esta análise e o objetivo do presente trabalho é compreender um pouco as diferenças existentes entre elas. O método aqui utilizado foi uma revisão bibliográfica não sistemática sobre os tipos de *Criminal Profiling* existentes na literatura. Encontramos quatro principais vertentes, que são: Análise de Investigação Criminal, Análise de Evidências Comportamentais, *Profiling* de Ação Criminal e Psicologia Investigativa. A Psicologia Investigativa foi uma das primeiras áreas de *Criminal Profiling* a ser desenvolvida. Teve início com David Canter na Inglaterra na década de 1990. É um método baseado em estatísticas obtidas através de estudos científicos por meio de Análise Multivariada (conjunto de técnicas que permite a análise simultânea de medidas múltiplas para cada indivíduo ou objeto em análise). A partir de estatísticas de crimes já desvendados, obtém-se o perfil de criminosos desconhecidos. As ações do criminoso são frequentemente analisadas em termos de impulsividade. Baseado no método de Canter, outra abordagem foi desenvolvida por Richard Kocsis: o *Profiling* de Ação Criminal, que utiliza o mesmo procedimento estatístico da Psicologia Investigativa para estabelecer padrões de conduta de agressores. Este método fornece resultados interessantes, especialmente para assassinos sexuais, os quais são agrupados em cinco diferentes classes: predador, violador, perverso, furioso ou um grupo com características sem padrão definido. Existe ainda outra abordagem para identificação de perfil: a Análise de Investigação Criminal, que é utilizada pelo FBI (*Federal Bureau of Investigation*). Os profissionais do FBI classificam os criminosos como “organizados”, “desorganizados” ou “mistos” em suas ações durante o crime, na seleção da vítima, no modo como escondeu ou não o corpo e os vestígios forenses, e também as suas ações depois do crime. A partir de

essa análise, o perfil do criminoso é traçado. Outra abordagem é a Análise de Evidências Comportamentais, desenvolvida por Brent Turvey. Esta análise é feita seguindo metodologia científica e lógica dedutiva, considerando diversos princípios básicos, tais como: princípio da unicidade (cada indivíduo é diferente do outro, conforme suas características biológicas, ambientais e psicológicas), princípio de motivação (todos os atos têm uma motivação de ser), princípio das consequências indesejadas (nem sempre as ações têm as consequências desejadas), princípio de memória corrupta (os relatos das testemunhas nem sempre são verdadeiros, seja intencionalmente ou não), entre outros. Todos esses métodos têm se mostrado ferramentas eficientes em investigações criminais – muitos casos já foram elucidados graças às técnicas de *Criminal Profiling* – e certamente continuarão sendo utilizados e aprimorados para uso policial.

## RESUMO 009

### As Plantas Podem Testemunhar Crimes?

Ariadne de Andrade Costa<sup>1,2</sup>

<sup>1</sup> Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão, Universidade de São Paulo,  
Av. Bandeirantes, 3900, CEP 14040-901, Ribeirão Preto, SP, Brasil

<sup>2</sup> Instituto Paulista de Estudos Bioéticos e Jurídicos, Ribeirão Preto, SP, Brasil

Um ramo das Ciências Forenses já bastante difundido e crescentemente utilizado é a Botânica Forense. Deste modo, plantas já auxiliaram na resolução de diversos crimes. Contudo, obviamente, isto se deu de maneira passiva, tendo sido apenas identificadas como evidências forenses nos casos em questão. O objetivo deste trabalho é concatenar resultados de pesquisas, trazendo à tona novas possibilidades. O método aqui utilizado é a revisão bibliográfica. A visão tradicional (senso comum) nos diz que as plantas são seres de baixa complexidade, compreendidas, com frequência, praticamente como objetos inertes. Em 1966, Cleve Backster associou um polígrafo (detector de mentiras) a uma planta, encontrando sinais elétricos semelhantes àqueles obtidos em testes com seres humanos respondendo a estímulos. A partir de então, realizou diversos estudos sem rigor científico demonstrando percepções e emoções em plantas. Concluiu em suas pesquisas, inclusive, que plantas podem reagir a ameaças e identificar mentirosos. Muitos grupos tentaram reproduzir os resultados, sem sucesso. Por outro lado, diversos estudos científicos rigorosos têm identificado percepções sensoriais em plantas capazes de se comparar à visão, tato, e olfato em animais, bem como evidências de posse de diferentes tipos de memória. Inúmeros pesquisadores acreditam atualmente que as plantas possuem nível de complexidade similar ao de animais e que não observamos este fato porque a velocidade de resposta a estímulos

nas plantas segue uma escala consideravelmente mais lenta que a dos animais. As plantas são capazes de observar inclusive um espectro luminoso maior do que os humanos. Elas podem “ver” luz ultravioleta, para a qual somos cegos. Plantas respondem visualmente a um espectro de 300 a 750nm, enquanto humanos respondem de 400 a 700nm. Além disso, plantas possuem aproximadamente 12 fotorreceptores, enquanto nós possuímos cinco. Quanto à audição, por enquanto muitos pesquisadores acreditam que plantas sejam “surdas”. Poucos estudos mostram resposta de plantas a sons e os experimentos não são rigorosos metodologicamente e, com isso, não são reproduzíveis. Ademais, foi observada a presença de um gene myosin em plantas que em humanos é responsável por surdez hereditária. Assim ainda não há ainda um consenso quanto à audição em plantas. Devido ao fato de não termos consciência de todos esses estudos, parece que eles são muito recentes, contudo eles ocorrem há mais de um século. Poucos sabem, mas inclusive Charles Darwin se dedicou à compreensão dos movimentos das plantas. Sendo assim, é possível que os resultados de Cleve Backster não sejam tão insanos ou fatos de ficção científica como muitos julgaram. Mais estudos se fazem necessários e certamente serão desenvolvidos nos próximos anos, mas os resultados já existentes indicam que plantas podem ver, cheirar, sentir (toques) e memorizar fatos, o que é base suficiente para inferirmos que são capazes de testemunhar ocorrências, incluindo crimes. No entanto, existe bastante relutância das pessoas para compreender e aceitar esses dados. Assim fica difícil estimar se/como essa informação será usada pela polícia no futuro.

## RESUMO 010

### **Assistência de Enfermagem em Relação ao Ferimento Causado por Arma de Fogo**

Silvestre M. Elaine<sup>1</sup>, Goto A. Y. Claudia<sup>2</sup>, Silvestre M. Elaine<sup>1</sup>

<sup>1</sup> *Enfermeira, Guarda Civil Municipal, São Bernardo do Campo, São Paulo, Brasil*

<sup>2</sup> *Mestre em Psicologia, Professora Universidade Paulista, São Paulo, São Paulo, Brasil*

Nos dias atuais houve um grande aumento da violência e acidentes causados por armas de fogo, aonde cada vez mais o crime organizado vem buscando equipamentos e tecnologias avançadas para conquistar o bem alheio, ou simplesmente pra mostrar a grupos rivais o seu poder. Desenha-se uma verdadeira guerra urbana onde pessoas inocentes acabam sofrendo as consequências. E um pelos quais o número de atendimento nas emergências dos hospitais por ferimentos por armas de fogo vem crescendo. O aumento global da violência desencadeou a necessidade de preparo de profissionais da área da saúde na educação preventiva interpessoal e detecção de sinais de vitimização. A enfermagem,

gradualmente, ganha espaço e reconhecimento na área forense, devido ao seu amplo desempenho no cuidado individual e coletivo. O objetivo do presente estudo foi verificar o conhecimento de profissionais graduado em enfermagem no atendimento prestados aos pacientes com ferimentos causados por armas de fogo, bem como, os efeitos do mecanismo da lesão no tecido humano. Trata-se de um estudo de campo do tipo descritivo-exploratório de natureza qualitativa, desenvolvida no serviço de Emergência e Traumatologia no Hospital Santa Marcelina. O instrumento utilizado foi um questionário semi-estruturado, que conteve dados referentes à assistência de enfermagem, informações balísticas e jurídicas. Foi observado que os enfermeiros sabem identificar os possíveis orifícios de entrada e de saída, mas não sabem identificar o tipo da lesão do tiro como os efeitos primários e secundários. Por não existir uma assistência de enfermagem especializada, muitos enfermeiros têm pouco ou nenhum treinamento sobre os procedimentos perante uma vítima por arma de fogo, portanto os profissionais utilizam o que é preconizado pela instituição, também foram observados que os enfermeiros têm a ciência da importância das suas evoluções para outros profissionais e que podem ser requisitados pela justiça para fazerem parte de um processo judicial e que suas anotações podem servir para elucidação de um crime. Como não há literatura, quanto aos procedimentos de uma assistência de enfermagem em relação aos ferimentos causados por arma de fogo, muitos enfermeiros têm pouco ou nenhum treinamento sobre os procedimentos perante uma vítima de arma de fogo. Portanto, vale ressaltar que é necessário que haja mais pesquisas nesta área, para favorecer a elaboração de protocolos de atendimento ajustados a realidade brasileira, de forma a evitar que procedimentos inadequados ou equivocados comprometam a vida e que dificultem o trabalho da justiça na elucidação de crimes.

## RESUMO 011

### **Lei 12.654/12 e o Banco de Dados Genético Criminal: Estudo a Partir das Interseções da Bioética e da Criminologia**

Fernanda Antonioli Cardozo<sup>1</sup>, Patrícia Borba Marchetto<sup>1</sup>

<sup>1</sup> *Departamento de Direito Público, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca, São Paulo, Brasil*

O trabalho tem como escopo a análise da Lei 12.654/12, que prever a coleta de perfil genético como forma de identificação criminal. Referida lei se funda na possibilidade de alcançar um resultado preciso da cena do crime e de seu protagonista de forma mais rápida e eficaz. De acordo com lei será armazenado o material genético, podendo ser encontrado

em cabelos, sangue, sêmen, e outros vestígios que possam ser deixados no local dos fatos. A criação da Lei 12.654/12 vem nos trazer algumas problemáticas na seara conflitante do Estado Democrático de Direito e a evolução da Engenharia Genética. Ao passo que a humanidade luta pela garantia e respeito aos seus direitos, as pesquisas, cada vez mais, contribuem para o bem estar social, e prolongamento da vida. Nesta dicotomia, tentamos encontrar o ponto de equilíbrio, traçar os pontos favoráveis e desfavoráveis na criação de um banco de dados genético-criminal, suas possíveis consequências para a população afetada e suas implicações para o ordenamento jurídico brasileiro, tendo em vista a falta de jurisprudências e divulgação a respeito do tema. Este trabalho aborda a multidisciplinariedade, ou seja, questões sociais, jurídicas, bioéticas e genéticas, que nos possibilitam chegar a um melhor e mais amplo resultado. Ademais, não está descartada a possibilidade de pesquisas envolvendo o DNA dos condenados pelo cometimento de crimes praticados dolosamente com violência de natureza grave contra pessoa e crimes. Este armazenamento deflagra uma grande preocupação a respeito da destinação do material coletado. Temos por objetivos também a procura pelo denominador comum, ou ao menos, chegarmos perto de equilibrarmos os pontos favoráveis e desfavoráveis a respeito da criação de um banco de dados genético criminal, suas implicações para a sociedade e para os condenados, assim como sua viabilidade e legitimidade, perante a constante evolução dos Direitos Humanos e Tratados Internacionais a respeito do tema. Concluímos, por enquanto, que a criação de um Banco de Dados genético-criminal é uma decisão antecipada e desnecessária das autoridades brasileiras. Não descartamos a existência de alguns pontos favoráveis, mas é impossível afirmar a inexistência de violação de Direitos Humanos.

## RESUMO 012

### **Bancos de Perfis Genéticos para Fins Criminais no Brasil: Desafios Bioéticos e Jurídicos**

Mariana Oliveira de Almeida<sup>1</sup>, Patricia Borba Marchetto<sup>2</sup>

<sup>1</sup> *Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Direito, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"(UNESP), Franca/SP, Brasil*

<sup>2</sup> *Docente do Departamento de Administração Pública da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, Araraquara/SP, e do Programa de Pós-Graduação em Direito da FCHS/UNESP, Franca/SP, Brasil*

A discussão sobre os desafios da bioética e dos direitos humanos diante da criação de bancos de dados de perfis genéticos para subsidiar investigações criminais ganhou

destaque no Brasil com a aprovação da Lei nº 12.654/2012, que autorizou a coleta de perfil genético como forma de identificação criminal, e do Decreto nº 7.950/2013, que instituiu o Banco Nacional de Perfis Genéticos e a Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos no âmbito do Ministério da Justiça. Este aparato técnico ampliaria as possibilidades de êxito das investigações criminais ao confrontar o perfil genético oriundo de vestígios retirados de vítimas ou de locais onde tenham ocorrido crimes, com os perfis genéticos neles cadastrados. Por isso, tornou-se aspiração de países que apresentam elevados índices de cifra negra e passou a ser objeto de reivindicação da opinião pública. As informações genéticas, contudo, demandam uma tutela jurídica reforçada, pois afetam o núcleo mais profundo da intimidade do ser humano. Pretende-se analisar as questões bioéticas e jurídicas suscitadas pela adoção deste instrumento de biopoder, bem como refletir sobre suas vulnerabilidades. Adota-se o procedimento metodológico clássico da consulta bibliográfica, numa perspectiva multidisciplinar. Quanto aos mecanismos de inferência, utiliza-se o raciocínio indutivo e o dedutivo, acrescidos de atividades de análise, síntese e superação. O perfil genético é uma informação obtida a partir de regiões não-codificantes do ácido desoxirribonucleico (DNA), que não contém informações que possam revelar traços somáticos ou comportamentais, mas que permite a identificação humana. Porém, geneticistas já levantam a possibilidade de alelos do perfil genético derivados da análise de regiões não-codificantes do DNA poderem revelar características fenotípicas do indivíduo. Caso se descubra que um marcador genético possa informar algo além da simples identificação do indivíduo, ele deverá deixar de ser utilizado, consoante as normas nacionais e internacionais sobre direitos humanos, genoma humano e dados genéticos. A utilização de bancos de dados de perfis genéticos para fins de persecução criminal deve ser vista com extrema cautela, pois, como a ciência já está caminhando para descobrir características fenotípicas do indivíduo a partir de regiões não-codificantes do DNA, ela pode se tornar um instrumento de estigmatização e discriminação racial e social, e de violação de direitos. Intensifica-se para a sociedade o desafio de defender as liberdades e direitos fundamentais do ser humano.

## RESUMO 013

### **Hannibal Lecter: a Análise Psicológica de um Perfil Psicopata**

Natália Aparecida Veríssimo Sousa<sup>1</sup>, Cristiano de Paula Meska Borges<sup>1</sup>

<sup>1</sup> *Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade de Franca, Franca, São Paulo, Brasil*

Este trabalho pretende observar mais de perto o mundo psicopático através da análise do personagem fictício Hannibal Lecter. A psicopatia é um estado mental patológico

caracterizado por desvios, principalmente de caráter, que desencadeiam comportamentos antissociais, que podem se estruturar desde a infância, podendo os sintomas ser observados tanto nesta fase como na adolescência, por meio de comportamentos agressivos que, durante estes períodos, são denominados de transtornos de conduta. O objetivo principal deste estudo consiste na análise do perfil psicológico do personagem fictício Hannibal Lecter, assim como constatar através de um instrumento validado a comprovação da personalidade psicopática deste personagem. A metodologia utilizada para a realização deste trabalho veio através de pesquisas bibliográficas acerca do tema psicopatia, utilizando também o conhecimento adquirido através dos livros do autor Thomas Harris que contam a história de Hannibal e dos filmes realizados, baseados nestas obras. O instrumento utilizado para a avaliação de tais comportamentos, principalmente o grau de reincidência criminal é a Escala Hare PCL-R. O teste foi aplicado baseado nos dados sobre a história do personagem para fins didáticos e de pesquisa, pois não se trata da maneira adequada de aplicação do instrumento, portanto a aplicação é fictícia. O resultado de corte para considerar que o sujeito possua características que o enquadre na psicopatia é de 30. A pontuação total do sujeito em questão foi de 31,1. Considerando a soma ponderada concluindo que este possui o perfil psicopata. Embora Hannibal Lecter não seja um psicopata que se enquadre em todas as características da psicopatia, a principal característica que define os psicopatas também é a principal no perfil do personagem analisado: a total ausência de culpa e remorso por seus atos. Através das pesquisas realizadas durante a construção deste trabalho, evidencia-se que muitos fatores apontados como possíveis consequências da personalidade antissocial e da psicopatia são observados no perfil do personagem estudado: Hannibal Lecter, perfil já classificado conforme resultados da Escala Hare PCL-R como psicopata. Constata-se através do instrumento utilizado e do estudo de caso do personagem, que todos os crimes por ele cometidos e toda a sua conduta são marcados pelos traços psicopáticos do mesmo e pela sua história de vida.

**RESUMO 014****Considerações sobre Alterações Vocais Temporárias na  
Análise Pericial**

Samira Braga Giorgini<sup>1</sup>, Ariadne de Andrade Costa<sup>1,2</sup>, Monica Azzariti<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Instituto Paulista de Estudos Bioéticos e Jurídicos, SP, Brasil

<sup>2</sup> Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo,  
Ribeirão Preto, SP, Brasil

<sup>3</sup> Técnica Pericial do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

A pericia de voz é realizada através da análise de arquivos de áudio decorrentes, por exemplo, de interceptações telefônicas autorizadas judicialmente. A análise do áudio permite identificar o sujeito por meio de sua comunicação oral: voz, fala e linguagem. Esse processo pode auxiliar judicialmente, comprovando ou não a participação do sujeito nas situações em questão. Para analisarmos a voz é necessário considerarmos que a mucosa das pregas vocais é suscetível de alterações momentâneas ou prolongadas. Um ataque vocal brusco como o grito poderá causar disфонia temporária, assim como o período menstrual na mulher também confere uma voz mais agravada devido ao inchaço nas pregas vocais. Por meio de uma revisão bibliográfica buscamos neste trabalho estabelecer um levantamento de alguns fatores que podem alterar a voz de forma temporária e circunstancial. A apresentação da voz disfônica se dá através de um número de alterações, tais como: fadiga vocal, esforço à emissão, desvios na qualidade vocal, perda de potência da voz, falta de volume e projeção, variações descontroladas da frequência fundamental, baixa resistência vocal, perda da eficiência vocal e sensações desagradáveis durante a emissão. As alergias podem causar inchaço dos tecidos nasais, aumentando a drenagem nasal, levando a uma limpeza constante da garganta que podem irritar as cordas vocais e causar rouquidão. Já os resfriados e infecções respiratórias virais podem causar rouquidão por até duas semanas. Crises de bronquite com tosses persistentes também podem levar à rouquidão, mesmo que por tempo curto. A laringite é uma inflamação das cordas vocais que causa rouquidão temporária ou afonia, que é a perda temporária da voz. O fumo – tabaco, maconha, cocaína, crack, e a bebida são dois agentes muito fortes contra a boa qualidade vocal e a boa condição orgânica das pregas vocais. A maconha tem efeito vasodilatador das pregas vocais deixando a voz embargada e lentificada. Já a cocaína e o crack são agentes constritores, deixando a voz mais acelerada. A experiência de uma rouquidão a seguir a um evento desportivo, em que todos gritam tão alto como possível para incentivar o seu clube favorito ou no dia seguinte após uma noite na boate ou outro local no qual seja necessário falar alto. As cordas vocais podem ficar edemaciadas após eventos como estes. Além disso, no período pré-menstrual a voz da mulher se altera. A maioria dos efeitos vocais é

observada nesse período, promovendo a chamada “laringopatia pré-menstrual”, ocasionando diminuição da eficiência vocal, perda das notas mais altas, fadiga, rouquidão leve e voz abafada. Como visto, muitos fatores influenciam a voz e é de grande importância considera-los no momento de uma avaliação pericial para evitar erros na identificação de um indivíduo.

## RESUMO 015

### **Síndrome de Estocolmo – uma Visão Crítica**

Samira Braga Giorgini<sup>1,2</sup>, Ariadne de Andrade Costa<sup>1,3</sup>, Elesandra Daniela Corrêa<sup>4</sup>

<sup>1</sup> *Instituto Paulista de Estudos Bioéticos e Jurídicos, SP, Brasil*

<sup>2</sup> *Núcleo de Perícias em Fonoaudiologia Forense, Ribeirão Preto, SP, Brasil*

<sup>3</sup> *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, Brasil*

<sup>4</sup> *Centro Universitário Salesiano de São Paulo, Lorena, SP, Brasil*

A Síndrome de Estocolmo se refere a um estado psicológico em que a vítima desenvolve sentimentos de afeição pelo criminoso. O presente trabalho traz uma reflexão teórica sobre a Síndrome de Estocolmo, a partir de uma revisão bibliográfica. Nesta reflexão, buscamos questionar o que é, de fato, essa síndrome. A Síndrome de Estocolmo costuma ser associada a casos de sequestros, mas também a casos, por exemplo, de pedofilia e abusos contra o cônjuge (normalmente mulher). Na literatura, é comum considerar Síndrome de Estocolmo o fato de crianças e mulheres não delatarem seus agressores, encobrirem o crime, procurarem inocentar o criminoso e até se sentirem culpados pelo ocorrido mesmo depois de crescidos e/ou os abusos cessarem. Consideramos que casos de sequestro são diferentes de abuso a crianças, por exemplo, para a compreensão desta síndrome. No primeiro, os criminosos são normalmente desconhecidos ou bem pouco conhecidos da vítima, o oposto do que costuma acontecer nos casos de abuso infantil. Ou seja, o carinho pelo criminoso já costuma existir antes que haja a vitimização. A esposa já ama o marido antes que ele comece a se tornar alguém agressivo; a criança já tem contato desde pequena com um tio que passou a estupra-la. Existem ainda fatores sociais (finanças, moral, família, etc.) e ameaças envolvidas nestes casos que justificam a falta de denúncia por parte da vítima. Deste modo, acreditamos que nestes casos não se aplica o termo “Síndrome de Estocolmo”. Outro ponto a se salientar é que, em Medicina, o termo “síndrome” compreende um conjunto de sintomas que caracterizam uma patologia. No entanto, como escrito por Natascha Kampusch, vítima de sequestro por mais oito de anos: “Aproximar-se do sequestrador não é uma doença. Criar um casulo de normalidade no

âmbito de um crime não é uma síndrome. É justamente o oposto. É uma estratégia de sobrevivência em uma situação sem saída”. Muitos estudos apontam a Síndrome de Estocolmo como uma forma de adaptação realmente, uma forma suportar a realidade com menos sofrimento (sem isentar, contudo, que tal síndrome constitua uma patologia médica). Não acreditamos que esta síndrome esteja associada a uma patologia, dado que o ser humano costuma ser sempre mais compassivo com pessoas conhecidas, especialmente os mais próximos – familiares e amigos. Quando acontece um crime, é comum que pessoas próximas ao criminoso encarem o fato de maneira mais branda e tentem compreender suas razões. No caso da Síndrome de Estocolmo, aquele que vitimiza já era ou passa a ser próximo da vítima e, na maioria dos casos, precisa desempenhar ao menos um mínimo de cuidados com a vítima, o que torna compreensível que a vítima tenha algum afeto e procure entender e até ajudar o criminoso. Mas é difícil que alguém externo à situação aceite o fato. Existem muitas questões pouco esclarecidas ou não estudadas em relação à Síndrome de Estocolmo. Contudo, o conhecimento amplo desta “síndrome” é necessário para uma ação eficaz dos familiares das vítimas, bem como dos policiais e profissionais de Saúde e Direito envolvidos em casos dessa natureza.

## RESUMO 016

### Estudo de Caso: Marcelinho – Culpado ou Inocente?

Ariadne de Andrade Costa<sup>1</sup>, Tânia Mara Volpe Miele<sup>2</sup>

<sup>1</sup> *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, Brasil*

<sup>2</sup> *Instituto Paulista de Estudos Bioéticos e Jurídicos, Ribeirão Preto, SP, Brasil*

Um crime ocorrido em 5 de agosto de 2013 em São Paulo abalou o Brasil. Foram encontrados mortos a tiros: o adolescente de 13 anos Marcelo Eduardo Bovo Pessegini, seus pais: sargento Luís Marcelo Pessegini, de 40 anos, e cabo Andréia Bovo Pessegini, 36 anos, e também sua avó: Benedita de Oliveira Bovo, 65, e sua tia-avó Bernadete Oliveira da Silva, 55. Marcelo foi acusado de ter matado a família e depois ter-se suicidado. Fazemos aqui um estudo desse caso polêmico, concatenando informações disponibilizadas e incluímos uma análise nossa com base em Criminal Profiling (como estudantes desta área). Logo que os cadáveres foram descobertos, Marcelo foi indicado pela polícia como principal suspeito. Amigos e parentes diziam que ele era um excelente garoto e nunca teria cometido esses crimes. Com o tempo, alguns depoimentos apontaram que Marcelo tinha intenção de cometer os crimes. Durante as investigações, o coronel Wagner Dimas declarou a uma conhecida rede de televisão que a cabo Andréia havia denunciado o envolvimento de

policiais militares em roubos de caixas eletrônicos; ele falou também que não acreditava na culpa do menino. No dia seguinte foi chamado para depor na corregedoria e desmentiu as informações. Analisando o crime conforme diferentes abordagens de Criminal Profiling, a conclusão é a mesma: é extremamente improvável que Marcelo tenha cometido os crimes. A cena do crime é completamente organizada, o que pode ser observado, por exemplo, pela ausência de vestígios forenses espalhados pela cena e pelo nítido planejamento da execução do crime. Tal nível de organização é muito raro em pessoas bem jovens, adolescentes, como Marcelo, que sempre tendem a ser bastante impulsivas. Além disso, a análise da cena mostra que Andréia, mãe de Marcelo, foi encontrada ajoelhada em posição de penitência. Criminosos normalmente deixam cadáveres nessa posição para passar um recado a alguém e o fato de a mãe ter sido encontrada assim revela que o crime foi direcionado a ela, que ela era o alvo de tudo. Por outro lado, o laudo psiquiátrico do Instituto de Criminalística feito pelo psiquiatra forense Guido Palomba diz que Marcelo teve um surto psicótico influenciado por excesso de jogos violentos de videogame. Marcelo nasceu com fibrose cística, uma doença genética autossômica incurável que, com frequência, leva à morte precoce. Além disso, Marcelo teve encefalopatia hipóxica (falta de oxigênio no cérebro) quando tinha aproximadamente dois anos de idade. O laudo explica que encefalopatas costumam apresentar ausência de sentimentos e insensibilidade à moral. Estas características e o fato de Marcelo saber que sua fibrose poderia se agravar a qualquer momento, causando-lhe a morte, também auxiliaram no desencadeamento do surto psicótico, que o levou a matar sua família. A médica que atendia Marcelo desde que ele tinha um ano de idade afirmou que o garoto nunca apresentou sinais de alterações comportamentais. O laudo psiquiátrico foi conclusivo para a polícia, mas para a população como um todo os dados apresentados não foram capazes de sanar as dúvidas existentes sobre o caso e responder a pergunta: “Marcelinho – culpado ou inocente?”.

**RESUMO 017****A Antropologia Forense X o Exame de DNA**

Raffaella Arrabaça Francisco<sup>1</sup>, Edna Sadayo Miazato Iwamura<sup>2</sup>,

Ricardo Henrique Alves da Silva<sup>3</sup>, Edson Garcia Soares<sup>1</sup>,

Euclides Matheucci Júnior<sup>5</sup>, Marco Aurelio Guimarães<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo – FMRP-USP

<sup>2</sup> Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP

<sup>3</sup> Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto – FORP

<sup>4</sup> Diretor Científico. DNA Consult - Genética e Biotecnologia

A Genética Forense hoje é a principal ferramenta utilizada em casos de identificação. Esta emprega as técnicas da biologia molecular para auxiliar na elucidação de crimes, principalmente na determinação da autoria deste. Contudo é sabido que a análise do DNA ainda é um exame de custo alto e que muitas vezes, em centros que não possuem um laboratório para esse fim, e tem que enviar as suas amostras para serem analisadas em outros locais, pode demorar meses para se obter o resultado do mesmo. Como uma técnica aliada para identificação humana, podemos incluir a Antropologia Forense, que vem a ser uma área de conhecimento que aplica os métodos da antropologia física e arqueologia para coleta e análise de evidências legais, buscando estabelecer a identidade de um ser humano. O exame antropológico forense consiste em traçar um perfil bioantropológico da vítima, incluindo: sexo, idade, estatura, ancestralidade, destreza manual, características dentárias, anomalias ósseas, patologias ósseas e características individuais. O objetivo do estudo é reduzir o número de análises de DNA forense, uma vez que a análise antropológica forense fornece dados que permitem com que se direcione a aplicação do exame de DNA para um indivíduo ou um grupo específico de indivíduos, com isto também é possível a redução dos gastos de um laboratório de Genética Forense e também há a otimização dos resultados. Aplicação do protocolo para análise de ossadas do Laboratório de Antropologia Forense (LAF) como triagem para exame de DNA forense. Este protocolo já é utilizado na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FMRP/USP), e foi criado em 2005, em um projeto entre a University of Sheffield (UK) e o Centro de Medicina Legal (CEMEL) da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FMRP/USP). Com os resultados bioantropológicos de um exame antropológico é possível reduzir o número de amostras para que seja feito um exame de DNA, sendo possível reduzir o tempo e o custo de um exame dessa natureza. Apresentamos um relato de caso de identificação positiva e as análises antropológicas como ferramenta fundamental no direcionamento das análises do DNA. Três corpos foram carbonizados devido a um acidente de trânsito. Dentre estes, havia um homem e duas mulheres de identidade conhecidas no

carro. Pelo fato de ter algumas partes do corpo preservadas, foi possível distinguir o homem das duas mulheres, sendo este liberado do exame antropológico forense. Por não ser possível a distinção entre as outras duas mulheres foi solicitada a análise antropológica das duas vítimas. Devido ao estado de carbonização o exame antropológico seguindo o protocolo LAF/CEMEL foi prejudicado, sendo necessário adaptar a análise de acordo com os restos mortais disponíveis. Os itens analisados foram as arcadas dentárias (exame odontológico) e o aparelho reprodutor (exame histopatológico e anatomopatológico) das duas vítimas, com o resultado sugerindo uma distinção entre as duas. Foi solicitado o exame de DNA para a confirmação da identidade das duas mulheres.

## RESUMO 018

### **Violência como fator insidioso para o consumo de drogas entre universitários**

Luiz Roberto Marquezi Ferro<sup>1</sup>, Carolina de Meneses Gaya<sup>2</sup>

<sup>1</sup> *Aluno do Programa de Mestrado em Promoção de Saúde da Universidade de Franca*

<sup>2</sup> *Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Promoção de Saúde da Universidade de Franca*

Refletir sobre a problemática do consumo de álcool e outras drogas se faz urgente e necessário. Observamos constantemente o surgimento de novos tipos de drogas ilícitas que estão à disposição da sociedade e um aumento contínuo do número de usuários que nem sempre conhecem as consequências que podem provocar o seu consumo. Um dos grupos sociais mais afetados é os jovens. Dentro de seus anseios e desejos querem buscar autonomia, autoestima e realização. Nesse sentido, o consumo de drogas, muitas vezes, torna-se uma pseudossolução diante das dificuldades em atingir essas metas e de outros problemas cotidianos. Pesquisas apontam que o consumo abusivo de álcool e drogas entre jovens universitários acentua-se constantemente. Nesta pesquisa, observou-se a violência como um fator de risco insidioso para o consumo de drogas. Este trabalho é um recorte de um aspecto de uma pesquisa com universitários que teve por objetivo avaliar alguns fatores de risco para o consumo de drogas, neste caso a variável violência. Foram entrevistados 152 sujeitos matriculados em uma universidade particular no interior do Estado de São Paulo. Para este estudo utilizou-se o ASSIST como instrumento para verificação do consumo abusivo de álcool e drogas, o FAST para mensurar consumo abusivo de álcool, Questionário para mensurar violência (recorte feito do LENAD), escala de depressão WHO-5, escala de Impulsividade de Barrat, e a escala de Resiliência de Wagnild e Young. Para a

variável violência classificou-se em três modalidades: violência urbana – situações de violência vivenciadas na rua ou em algum outro lugar onde o entrevistado vivia; violência na infância – sofreu ou presenciou agressões dos seus pais e/ou responsáveis; sofreu *bullying* na escola; e a violência doméstica – vivências de agressões na vida doméstica na fase adulta. Para verificar a associação entre o uso abusivo de drogas e as variáveis estudadas foi utilizado o modelo de regressão logística, sendo calculados *odds ratios* brutos (variável resposta cruzada com uma variável explicativa) e também *odds ratios* ajustados por todas as variáveis explicativas. O nível de significância considerado foi de  $p < 0,05$ , com intervalo de confiança (IC) de 95%, para todos os testes estatísticos aplicados. Em relação a variável violência, foi notada a significância na regressão logística bruta e na ajustada para violência geral, ou seja, aqueles que já portaram algum tipo de arma, ou se envolveram em brigas ou foram fichados na polícia teve uma frequência maior de consumo de outras drogas. Na regressão logística ajustada, o *odds* foi de 1,63 e o valor de significância de  $p = 0,01$ . Para o fato *bullying* somente foi perceptível a significância na regressão logística bruta, com o valor de  $p = 0,05$ . Podemos concluir que a violência é um fator de risco insidioso para o consumo de drogas na população de universitários pesquisada.

## RESUMO 019

### Marcas de Mordida no Auxílio da Identificação Humana

Rogério José Scandiuzzi<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Instituto Paulista de Estudos Bioéticos e Jurídicos, Ribeirão Preto, SP, Brasil

A identificação humana constitui procedimento de grande importância para os processos instaurados nas várias esferas do Direito, também sendo exigida pela sociedade por questões culturais/religiosas. Dentre os processos de identificação a Odontologia tem um papel de destaque. Através da singularidade dos elementos dentários, e demais estruturas da face e cavidade oral obtemos resultados positivos nos processos de identificação humana. Uma das áreas de atuação da odontologia é o estudo das marcas de mordida. As marcas de mordida presentes em diferentes objetos são portadoras de características únicas, permitindo assim identificar o indivíduo que as produziu. Fatores como extrações, mau posicionamento dentário, dentes fraturados, espaço entre dentes e restaurações dentárias, entre outros, tornam cada dentição única para cada indivíduo. O presente trabalho visa demonstrar o método de identificação de um indivíduo através da moldagem de um chiclete localizado em cena de crime. As moldagens foram realizadas com alginato, e os modelos reproduzidos em gesso pedra para conferir melhor dureza e detalhamento. Após a realização da moldagem do substrato (chiclete), foi realizada a moldagem e confecção do

modelo do suspeito para posterior comparação. Através da comparação dos modelos, obtivemos um resultado positivo, chegando na identidade do suspeito. Desta forma pudemos concluir que o estudo das marcas de mordida é um método, dentro da odontologia forense, capaz de realizar a identificação de um suspeito ou mesmo descartar possíveis suspeitos em um crime.

## RESUMO 020

### **Lesões Orofaciais em Mulheres Vítimas de Violência Doméstica: uma Revisão Sistemática da Literatura**

Vanessa Freire Marques<sup>1</sup>, Márcio da Silva Pereira<sup>1</sup>, Mônica da Silva Pereira<sup>2</sup>,  
Gabriel Dantas Sarubbi<sup>1</sup>, José Hiago de Freitas Damião<sup>1</sup>, Sócrates Belém Gomes<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Departamento de Medicina Legal, Centro Universitário Christus

<sup>2</sup> Departamento de odontologia forense, Centro Universitário UniNovafapi

A questão violência doméstica e familiar contra a mulher têm tornado-se cada vez mais visível em nossa sociedade, não escolhendo classe social, idade, etnia ou grau de escolaridade. São numerosos os casos de violência contra a mulher atendidos nos serviços médico-legais, a maioria deles constituída de lesões produzidas por ação contundente. Como objetivo do estudo temos o conhecer a ocorrência de lesões orofaciais em mulheres vítimas de violência doméstica, local do corpo mais comumente acometido e o perfil dessas vítimas. Trata-se de uma revisão sistemática da literatura obtida através de bases de dados LILACS, SCIELO, PUBMED e MEDLINE abrangendo publicações nacionais e internacionais, de estudos realizados no período de 1992 a 2013, totalizando 67 trabalhos. Os descritores utilizados foram: violência contra a mulher, violência doméstica, lesões orofaciais e traumatismo buco-maxilo-facial, no período compreendido entre janeiro a setembro de 2013. Constatou-se que o aumento progressivo da violência contra a mulher vêm se tornando alvo de várias investigações, e que o maior agressor na maioria dos casos é o companheiro/esposo ou ex-companheiro, e a região mais atingida é a face, pois além da sintomatologia dolorosa sentida, têm o envolvimento estético, que também afetará a vítima psicologicamente. O perfil das mulheres vítimas de lesão corporal com comprometimento do complexo buco-maxilo-facial evidencia, em sua maioria, mulheres vítimas de agressão física, solteiras, oriundas da periferia da cidade, apresentando lesões contusas ou cortocontusas em regiões de lábios, pálpebras e órbitas, sem comprometimento de funções ou debilidade permanente. Em estudo realizado por Schraiber et al. (2002), as regiões do corpo mais atingidas foram: face (28,0%); cabeça e pescoço (26,6%); seguidos pelos membros superiores anteriores (25,2%); membros inferiores anteriores (16,8%); costas (16,8%);

barriga (14,0%); tronco (8,4%); membros superiores posteriores (8,4%); seios (8,4%); nádegas (6,3%); e outras regiões (9,8%), e que quando o braço ou mão são atingidos durante a agressão, podem indicar "além de um comportamento de defesa com os braços, o caráter simbólico de humilhação e de agressão à dignidade da pessoa humana de que se revestem os atos de agressão". Conclui-se que o combate da violência contra a mulher exige a integração de inúmeros fatores políticos, legais e, principalmente, culturais para que a violência seja erradicada da sociedade. Vale ressaltar que tanto o clínico quanto o perito possuem responsabilidades nas análises das lesões buco-maxilo-faciais onde um equívoco em qualquer uma das fases de avaliação das lesões (clínica ou pericial) pode repercutir injustamente na aplicação de pena criminal. Desta maneira, acreditamos que o estudo da violência contra a mulher alia-se a um novo conceito de prevenção, reconhecendo-se nos entes comprometidos com a sociabilidade a peça chave para restabelecer-se um novo convívio familiar.

## RESUMO 021

### **Observatório da Violência da Fundação Santo André – Uma Proposta Inovadora**

Lincoln Nogueira Marcellos<sup>1</sup>, Lívia de Tartari e Sacramento<sup>2</sup>,  
Luiz Wagner Miqueletti Junior<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Faculdade de Direito do Centro Universitário da Fundação Santo André, Santo André, SP, Brasil

<sup>2</sup> Faculdade de Psicologia do Centro Universitário da Fundação Santo André, Santo André, SP, Brasil

<sup>3</sup> Ordem dos Advogados do Brasil, Santo André, SP, Brasil

O termo violência, de natureza polissêmica, é utilizado em muitos contextos sociais. Como exemplo, podemos pensar que este termo pode ser empregado tanto para um homicídio quanto para maus – tratos emocionais, verbais e psicológicos. Sendo a violência uma questão social, não é, portanto, objeto próprio de nenhum setor específico. Entendemos a definição da OMS como a mais adequada para adotarmos no Observatório, a saber: “uso intencional da força ou poder em uma forma de ameaça ou efetivamente, contra si mesmo, outra pessoa ou grupo ou comunidade, que ocasiona ou tem grandes probabilidades de ocasionar lesão, morte, dano psíquico, alterações do desenvolvimento ou privações”, Ou seja, entenderemos a violência como a imposição de um grau significativo de dor e sofrimento evitáveis. Um observatório de violência é composto por um grupo multidisciplinar de pesquisadores, que utilizam os recursos de uma instituição de ensino superior, de uma repartição pública ou de uma ONG. Sendo multidisciplinar a equipe deste Observatório

deverá contar, em um primeiro momento, com: operadores do direito, psicólogos e médicos, posteriormente deverão ser agregadas outras áreas do conhecimento e estará ligada ao Centro Universitário da Fundação Santo André. Como objetivos propomos estudar a violência social que resulta no evento morte na região do Grande ABC Paulista, assim considerando as situações que envolvem roubos, homicídios simples ou não, suicídio, infanticídio, resistência seguida de morte e correlatas. Como metodologia, o observatório da Violência da Fundação Santo André captará junto a sociedade (Secretarias de Segurança, Secretaria de Saúde, Polícia Militar e imprensa) os dados pertinentes, podendo realizar coleta em campo, com o objetivo de mapear e compor um relatório que servirá como referência para estudos da comunidade acadêmica e órgãos governamentais. Além de trabalhar na coleta de dados para constituir o relatório periódico, o Observatório poderá promover simpósios, reuniões técnicas, seminários e cursos breves, em conjunto com outras entidades ou não, e editar revista com artigos de pesquisadores. Os levantamentos em campo serão os frutos do desenvolvimento do Observatório e serão realizados por meios próprios e com o apoio das entidades supracitadas. Também será produzido um amplo banco de dados, único na região, com exposição multimídia em reportes e artigos técnicos e científicos além de palestras, seminários e simpósios com o objetivo de difundir as informações processadas e captar o feedback da sociedade científica e civil, empregando-as para reelaborar os dados e finalmente, construir o maior banco de dados a respeito da violência na Região do Grande ABC. Sabemos que historicamente a violência atinge todos os setores da sociedade, sendo um fenômeno multideterminado e, como tal, complexo. Por isso, o Observatório será relevante para avançarmos na discussão sobre esse tema. Percebemos que ainda estamos carentes de estudos populacionais sobre a violência, bem como de pesquisas operacionais nos serviços. Sem estes estudos ficamos impossibilitados de ter um melhor conhecimento sobre este fenômeno e suas consequências e isso é uma das possibilidades que vislumbramos com a criação do Observatório da Violência da Fundação Santo André.

## **Premiação dos Trabalhos**

Foram agraciados com Menção Honrosa os seguintes trabalhos:

### **RESUMO 002**

#### **Inventariamento de Insetos Forenses em Área Rural na Cidade de Itaara, Rio Grande do Sul, Brasil**

Anita Da Silva Herdina, Camila Pivetta Cavalheiro, Vinícius da Costa Silva,  
Gabriela S. S. Bitencourt, Conrado Mario da Rosa, Rocco Alfredo Di Mare

### **RESUMO 008**

#### **Tipos de *Criminal Profiling***

Ariadne de Andrade Costa, Adriana Leite, Tânia Mara Volpe Miele

### **RESUMO 012**

#### **Bancos de Perfis Genéticos para Fins Criminais no Brasil: Desafios Bioéticos e Jurídicos**

Mariana Oliveira de Almeida, Patricia Borba Marchetto

### **COORDENAÇÃO**

Fernanda Arantes Faggion  
Guilherme Volpe Miele  
Isamara Geandra Cavalcanti Caputo  
Rogério José Scandiuzzi  
Tânia Mara Volpe Miele

### **COMISSÃO ORGANIZADORA**

Adilson Pereira  
Aline Lobato Costa  
Ana Rosa Alves da Rocha  
Ariadne Andrade Costa  
Fernanda Carneiro Bueno  
Fernanda Arantes Faggion

Fernando César Crnkovic  
Guilherme Volpe Miele  
Isamara Geandra Cavalcanti Caputo  
José Renato Salviato  
Lourdes Calixto da Silva  
Margaret Mitico Inada Pereira  
Rafael Eduardo Pereira  
Rogério José Scandiuzzi  
Rubens Correia Junior  
Samira Braga  
Tânia Mara Volpe Miele  
Thaís Del Monte

### **COMISSÃO CIENTÍFICA**

Adilson Pereira  
Aline Lobato Costa  
Ana Rosa Alves da Rocha  
Ariadne Andrade Costa  
Carla Arena Ventura  
Daniel Pacheco Pontes  
Fernanda Carneiro Bueno  
Fernando César Crnkovic  
Isamara Geandra Cavalcanti Caputo  
Joyce Aparecida Martins  
Margaret Mitico Inada Pereira  
Marco Aurélio Guimarães  
Mônica Azzariti de Pinho Barbosa  
Rogério José Scandiuzzi  
Rubens Correia Junior  
Rui Mateus Joaquim  
Samira Braga  
Tânia Mara Volpe Miele

### **EQUIPE DE APOIO**

Carolina Magalhães Chaves  
Gabriela Flausino Sene  
Janaina Pontes da Silva  
Kenon Ferreira Leite da Silva Neves  
Thales Oliveira Barbosa

### **REALIZAÇÃO**

IPEBJ – Instituto Paulista de Estudos Bioéticos e Jurídicos Ltda